



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

021099/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 071d5987-7b58-430a-81d1-73e84785d380

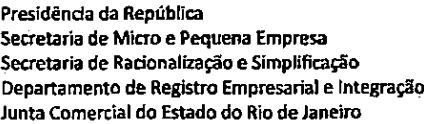
AUTUADO EM	Quinta-feira, 12 de Junho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
FUNERARIA SIMOES DE FRIBURGO LTDA	

RESUMO

Impugnação ao Edital do PE nº 90.057/2025 - Processo Administrativo nº 46.399/2024 - Funerária Simões de Friburgo Ltda - CNPJ 74.139.759/0001-6

DATA:12/06/2025





Sincomércio Nova Friburgo

33.2.0497444-Z

Tipo Jurídico**Sociedade empresária limitada**

Parte Empresarial

Normal

Data de criação do protocolo na web: 19/03/2024
23:05:41

2024/00264052-3

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

FUNERARIA SIMOES DE FRIBURGO LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

NOVA FRIBURGO
Local
21/03/24
Data

Requerente

Nome:	<i>Rodolfo</i>
Assinatura:	
Telefone de contato:	
E-mail:	
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	19/03/2024
Data da 1ª entrada:	



2024/00264052-3



FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA

SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SÉTIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA “FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA”, NA FORMA ABAIXO:

ANA CLAUDIA TARDIN, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 15.02.1979, natural do Estado do Rio de Janeiro, residente e domiciliada à Rua Maria Glória Silva, nº 306, casa 02, Cascatinha, Nova Friburgo/RJ, Cep: 28.621-370, portadora da Carteira de Identidade nº 113426423 emitida pelo Detran/RJ em 03.05.2007 e inscrita no CPF sob o nº 084.926.787-04.


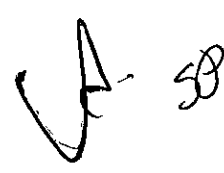
RAÍSSA BERNARDO BRANCO, solteira, empresária, nascida em 26.05.2000, natural do Estado do Rio de Janeiro, residente e domiciliada Praça Marcílio Dias, 66, Bloco 03, Aptº 502, Centro, Nova Friburgo/RJ, Cep: 28.625-090, portadora da Carteira de Identidade nº 28329999-8, expedida pelo DETRAN em 13.08.2010, e inscrita no CPF sob o nº 162.122.017-65.

Únicos sócios quotistas componentes da Sociedade Empresária Limitada, denominada “**FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA**”, inscrita no CNPJ sob o nº 74.139.759/0001-96, com sede na Rua Marino Pinto, nº 101, Loja 01, Duas Pedras, Nova Friburgo/RJ, Cep: 28.630-100, constituída em 20.01.1994, cujo Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), sob o nº 33204974442.

RESOLVEM:

Alterar pela sétima vez o referido Contrato Social, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – De comum acordo os quotistas resolvem:

Av. Conselheiro Julius Arp, 80 - Bloco 2 - 1º Pavimento - Sala 222 - Espaço Arp - N. Friburgo/RJ - CEP 28.623-000
(22) 97401-2320 / (22) 2543-6339 - garcia@gigalink.com.br



ASSESSORIA CONTÁBIL E JURÍDICA

- a) Retira da Sociedade a sócia **RAÍSSA BERNARDO BRANCO**, que transfere neste ato e pelo mesmo valor nominal 9.000 (nove mil) quotas, para a nova sócia **SONIA PATRICIA EMERICK DE SOUZA SILVEIRA**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 10.02.1972, natural do Estado do Rio de Janeiro, residente e domiciliada na Rua São João de Meriti, 38, Olaria, Nova Friburgo/RJ, Cep: 28.623-750, portadora da Carteira de Identidade nº 09.428.222-5, emitida pelo DETRAN/RJ em 25.11.1999, e inscrita no CPF sob o nº 038.859.747-03.
- b) Que a sócia **RAÍSSA BERNARDO BRANCO**, recebe neste ato, o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) referente às quotas ora transferidas, dando plena e geral quitação.

CLAUSULA SEGUNDA – Em face das alterações acima, o Capital de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), correspondentes a 10.000,00 (Dez Mil) quotas iguais e indivisíveis de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, que não serão objeto de penhora, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, desde a sua constituição, passa a ter a seguinte redação:

ANA CLÁUDA TARDIN,.....	1.000 Quotas R\$ 1.000,00
SONIA PATRICIA E. DE S. SILVEIRA....	9.000 Quotas R\$ 9.000,00
TOTAL.....	10.000 Quotas R\$ 10.000,00

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA

Clausula 01 – RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL:

1.1 - A sociedade girará sob a denominação social de “**FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA.**”

Clausula 02 - OBJETO, PRAZO, SEDE, INÍCIO E FORO:

2.1 – O Objetivo da Sociedade é a Prestação de Serviços de Assistência Funeral, Comércio de Flores e Produtos Funerais.

Av. Conselheiro Julius Arp,80 - Bloco 2 - 1º Pavimento - Sala 222 - Espaço Arp - N. Friburgo/RJ - CEP 28.623-000
☎ (22) 97401-2320 / (22) 2543-6339 - garcia@gigalink.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: FUNERARIA SIMOES DE FRIBURGO LTDA

NIRE: 332.0497444-2 Protocolo: 2024/00264052-3 Data do protocolo: 22/03/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 25/03/2024 SOB O NÚMERO 00006145422 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 46527F9C98C134F3210818EFAA276002E04C693296B7A4A3D412E58F96494D50

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



2.2 - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

2.3 - A sociedade é sediada à Rua Marino Pinto, nº 101, Loja 01, Duas Pedras, Nova Friburgo/RJ, Cep: 28.630-100

2.4 - A sociedade iniciou suas atividades em 20 de Janeiro de 1994.

2.5 - A sociedade elegeu como foro o da comarca de Nova Friburgo/RJ, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Clausula 03 - CAPITAL SOCIAL:

3.1 - O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), correspondentes a 10.000,00 (Dez Mil) quotas iguais e indivisíveis de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, que não serão objeto de penhora, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, desde a sua constituição, passa a ter a seguinte redação:

ANA CLÁUDA TARDIN.....	1.000 Quotas	R\$ 1.000,00
SONIA PATRICIA E. DE S. SILVEIRA....	9.000 Quotas	R\$ 9.000,00
TOTAL.....	10.000 Quotas	R\$ 10.000,00

3.2 - Conforme artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10.01.2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

Clausula 04 – ADMINISTRAÇÃO:

4.1 - A administração da Sociedade, e direção dos negócios sociais, assim como a representação em juízo ou fora dele, será exercida por ambos os sócios, sendo-lhes autorizado o uso do nome comercial, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização do outro sócio.

Av. Conselheiro Julius Arp, 80 - Bloco 2 - 1º Pavimento - Sala 222 - Espaço Arp - N. Friburgo/RJ - CEP 28.623-000
☎ (22) 97401-2320 / (22) 2543-6339 - garcia@gigalink.com.br

4.2 - Os sócios poderão fazer jus a uma retirada pró-labore mensal, que de comum acordo será fixada por todos os quotistas da sociedade, e cujo montante será considerado Despesas Gerais na contabilidade da empresa.

Clausula 05 - RETIRADA, MORTE, EXCLUSÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES:

5.1 - É vedado a qualquer dos sócios transferir total ou parcialmente a terceiros suas quotas, sem a anuência expressa dos outros sócios, ficando-lhe reservado o direito de preferência.

5.2 - O falecimento de um dos sócios não implicará em dissolução da sociedade, ficando os herdeiros com todos os direitos e obrigações da sociedade.

5.3 - O sócio que desejar se retirar da sociedade, terá sua parte reembolsada de acordo com as possibilidades da sociedade, baseando-se no último balanço, se a retirada se efetivar dentro de 90 (noventa) dias do referido balanço. Caso contrário far-se-á um balanço extraordinário para se verificar o resultado.

Clausula 06 - EXERCÍCIO SOCIAL:

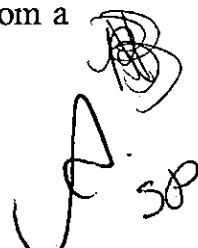
6.1 - O encerramento do Exercício Social será em 31 de Dezembro de cada ano.

6.2 - A 31 de Dezembro de cada ano, será procedido o Balanço Geral para apuração do resultado, cuja destinação será decidida em conjunto pelos sócios. O resultado será dividido ou suportado pelos sócios na proporção de suas participações no Capital Social.

6.3 - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Clausula 07 - DECLARAÇÕES DA FIRMA:

7.1 - Que não possui filial, mas que poderá abrir a qualquer tempo de acordo com a conveniência dos negócios.



Av. Conselheiro Julius Arp, 80 - Bloco 2 - 1º Pavimento - Sala 222 - Espaço Arp - N. Friburgo/RJ - CEP 28.623-000
(22) 97401-2320 / (22) 2543-6339 - garcia@gigalink.com.br

7.2 - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme o artigo 1.011 parágrafo 1º da Lei 10.406/2002.

Assim, justos e contratados, obrigam-se por si, seus herdeiros e sucessores ao fiel cumprimento do que neste contém, assinando-o.

Nova Friburgo/RJ, 29 de Fevereiro de 2024.



ANA CLAUDIA TARDIN



SONIA PATRICIA EMERICK DE SOUZA SILVEIRA



RAISSA BERNARDO BRANCO

Av. Conselheiro Julius Arp, 80 - Bloco 2 - 1º Pavimento - Sala 222 - Espaço Arp - N. Friburgo/RJ - CEP 28.623-000
☎ (22) 97401-2320 / (22) 2543-6339 - garcia@gigalink.com.br



**Conselho Regional de Corretores de Imóveis
CRECI 1º Região-RJ**



Filiação: PEDRO PAULO TARDIN
LUZIA ANDRELINA TARDIN

Naturalidade: NOVA FRIBURGO RJ

RG: 113426423

Órgão Exp.: DETRAN RJ

Data de Nascimento: 15/02/1979

CPF: 084.926.787-04

Data Inscrição CRECI: 30/07/2021

Data de Expedição: 12/08/2021

Doador de órgãos: NAO

Formação Específica: TEC. TRANS. IMOB.

MANOEL DA SILVEIRA MAIA
Presidente do CRECI 1º Região-RJ

LINDA DOS SANTOS CALIL
Diretora Secretária do CRECI 1º Região-RJ

1ª VIA IDENTIDADE CIVIL VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL (LEI 6.206, 07/05/1975)



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

Pregão Eletrônico nº 90.057/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, sob demanda, de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visam suprir situações emergenciais de vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social, pelo período de 01 (um) ano.

FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 74.139.759/0001-6, com sede na Rua Marino Pinto, nº 101, Loja 1, Duas Pedras, Nova Friburgo/RJ, representada neste ato por seu representante social, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

em face do Edital de Pregão Eletrônico – Processo Licitatório nº 90.057/2025 - Processo Administrativo nº 46.399/2024, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. DO CABIMENTO

A empresa, ora licitante, apresenta a presente impugnação tempestivamente, contra o edital publicado pelo(a) pregoeiro(a), considerando que a empresa impugnante identificou irregularidade no citado edital, conforme será demonstrado no decorrer da presente impugnação.

Conforme se verifica no edital, o prazo para impugnação é de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme se verifica *in verbis*:

25.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Considerando que a data de abertura do certame é dia 17 de junho de 2025, temos como prazo o dia 12 de junho, quinta-feira.



Destarte, nesse mesmo entendimento, diz Maria Sylvia Zanella Di Pietro. “Todos quantos participarem da licitação têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na lei, sendo **que o licitante que se sentir lesado, poderá impugnar administrativamente ou judicialmente o procedimento**. Até mesmo o próprio cidadão poderá assim fazê-lo, através da participação popular no controle da legalidade do procedimento.” (Grifos nossos)

2 – DA NECESSIDADE DE REVISÃO DO PREÇO ESTIMADO POR SER MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEL. DA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA COMPETITIVIDADE E DO PREÇO JUSTO

A ora impugnante é potencial licitante e tomou conhecimento do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é o “fornecimento de serviços funerários”, sendo o valor total da contratação de R\$ 188.965,81 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos), fixando-se como critério de julgamento o menor preço global.

Pois bem. Como é de curial sabença, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir com isso a igualdade e a competitividade entre os licitantes. Dentro dessas normas, exige-se a comprovação dos requisitos mínimos quanto à capacidade de execução do objeto do contrato, bem como a condição de habilitação do pretendido vínculo jurídico.

Ressalte-se ainda, por oportuno, que a Administração tem como objetivo a busca pela melhor proposta, consoante se depreende do art. 11, I, da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLCC), Lei nº 13.133/2024.

Com isso, uma proposta com valor reduzido pode, a princípio, aparentar ser aquela que melhor represente o interesse público. Contudo, tal pressuposto não reflete a realidade quando o preço ofertado não foi formulado com base nos requisitos reais de mercado.

Nessa toada, insta consignar que a estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder com uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro, que é o objetivo de qualquer empresário ou sociedade empresária.



Assim sendo, a pesquisa de mercado DEVE estipular um valor referencial coerente, dentro dos parâmetros atualmente praticados, o que é requisito básico e essencial para a instrução de um procedimento licitatório.

Quando o preço referencial estipulado para a aquisição de produtos ou serviços se encontra abaixo da realidade mercadológica, acaba por desestimular a participação de uma série de fornecedores/fabricantes, trazendo sérios riscos para fracassar o certame, bem como para uma futura inexecução contratual.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 prevê em seu art. 11, inciso III, como um dos objetivos do processo licitatório “evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos”.

Em complemento, o inciso III do art. 59 da mesma lei determina a desclassificação de propostas que apresentem preços inexequíveis.

Apenas por meio desses dois dispositivos legais é possível extrair que o legislador deu especial atenção aos contratos que serão celebrados com a Administração, de modo que os agentes públicos evitem de todas as maneiras a contratação de fornecedor/fabricante por preço manifestamente inexequível.

Infere-se, pois, que a Administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Assim, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço ou produto que será fornecido, e estando em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável.

O próprio Decreto nº 3.555/2000 determina que a licitação na modalidade pregão, como é o caso do presente processo licitatório, deve obedecer aos princípios da competitividade e do justo preço, estipulando ainda que as normas da licitação sejam sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados. Senão, confira-se abaixo o art. 4º, caput e parágrafo único, do referido decreto, *in verbis*:



Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

O valor estimado para a aquisição dos serviços licitados apresenta fortes indícios de inexecuibilidade, sendo insuficiente para cobrir os custos para o fornecimento do material, do transporte, insumos, salários de colaboradores e respectivos encargos, tributos etc., conforme pode ser verificado no próprio estudo técnico preliminar realizado pela prefeitura constante no Apêndice Anexo I.

Observa-se no mencionado estudo que foram utilizadas 3 fontes para se determinar o valor do serviço, a saber, a média do preço de contratações similares junto ao PNCP, a tabela referencial de valores do Manual do Diretor Funerário e o preço da contratação anterior.

Contudo, o valor estimado ficou abaixo de todos os apresentados no Estudo Técnico Preliminar, o que evidencia que o preço está abaixo da média de mercado do valor do serviço.

Item	Preço PNCP	Manual do Direito Funerário	Contratação Anterior	Média	Valor Estimado no Edital	Diferença
01	R\$ 1.471,33	R\$ 1.422,00	R\$ 1.160,00	R\$ 1.351,11	R\$ 987,50	R\$ 363,61
02	R\$ 749,67	R\$ 1.312,50	R\$ 680,00	R\$ 914,06	R\$ 690,53	R\$ 223,53
03	R\$ 5,58	R\$ 8,50	R\$ 2,80	R\$ 5,63	R\$ 3,50	R\$ 2,13

Cumpramos ressaltar que não foi apresentado junto ao edital qualquer outro estudo de valor ou situação especial que justifique a utilização de valor abaixo do Estudo Técnico Preliminar, principalmente valores tão abaixo aos praticados pelo mercado.

A definição de preços inferiores aos praticados no mercado, além de exigir atendimento com preços inexecuíveis, tem o efeito de atrair para o certame empresas que não possuem capacidade de atender ao objeto licitado,

participando apenas como meras aventureiras, com alto risco de não cumprimento do contrato ou entrega de produto divergente, sem qualidade e com durabilidade inferior. Tal fator gera para a Administração futura onerosidade excessiva.

Demonstra-se aqui mais uma inconsistência, pois se o valor da contratação fosse aquele previsto no ETP, teríamos a observância ao princípio do preço justo, o que garantiria o atendimento ao princípio da competitividade também, ambos previstos no art. 4º do Decreto nº 3.555/2000.

Consoante demonstrado nessa impugnação, o equívoco da estimativa de preços constitui-se em vício insanável de origem, sendo o edital nulo de pleno direito, eis que o valor estimado dos serviços indicados não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor bem abaixo daquele praticado pelas empresas que atuam nesse setor, restando assim imperioso a realização de nova pesquisa de mercado para obter valores de referência realmente condizentes com aqueles praticados no mercado.

III - DO PEDIDO

Por todo o exposto, a Impugnante vem requerer, respeitosamente, que a presente impugnação seja conhecida, eis que tempestiva, para:

- a) atribuir-lhe efeito suspensivo de forma imediata, nos termos do item 25.4.1 do edital, de modo a evitar dano irreparável e/ou de difícil reparação;
- b) no mérito, requer seja a presente impugnação acolhida e julgada totalmente procedente, para que seja feita a atualização das cotações para embasamento de novo valor referencial para todos os itens.

Termos em que,
pede e aguarda deferimento.

Nova Friburgo, 11 de junho de 2025.


ANA CLAUDIA TARDIN
CPF: 084.926.787-04



Comissão Permanente de Pregão II

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.057/2025

Processo Licitatório nº: 46.399/2024

Processo de Impugnação nº: 21.099/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, sob demanda, de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visam suprir situações emergenciais de vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 74.139.759/0001-6, com sede na Rua Marino Pinto, nº 101, Loja 1, Duas Pedras, Nova Friburgo/RJ.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.057/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados às fls. 11 a 15, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

Em síntese, alega o impugnante que o preço estimado do certame é manifestamente inexequível.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

O impugnante requer:

- a) Seja conhecida com efeito suspensivo a presente impugnação ao Edital;
- b) Seja a impugnação julgada totalmente procedente, com a consequente atualização das cotações, a fim de subsidiar a fixação de novo valor para os itens do certame.

IV. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Ante o exposto, submeto as razões do impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão desta pregoeira.

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 17/06/2025 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 12 de junho de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
D E S E N V O L V I M E N T O
S O C I A L E D I R E I T O S
H U M A N O S

Pág. 18

PROCESSO Nº: 021099/2025

DATA:

RUBRICA:

FOLHA:



Nova Friburgo, 16 de junho de 2025.

À Comissão de Pregão

Trata-se o presente processo de **Impugnação interposta pela empresa FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA.** ao instrumento editalício do **Pregão Eletrônico nº 90.057/2025.**

Cotejando a impugnação em epígrafe, em síntese, **insurge-se a Impugnante contra o preço estimado**, alegando estar inexecutível, uma vez que o valor adotado no certame estaria abaixo daquele constante no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresentado como anexo ao edital.

Nesse ínterim, diante do esposado pela Pregoeira às páginas 16-17, submetendo as razões da Impugnante à apreciação do Gestor desta Pasta, **passamos a opinar nos seguintes termos:**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a definição do preço estimado para fins de licitação no âmbito do Poder Executivo Municipal é disciplinada pelo **Decreto nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023**, que regulamenta o procedimento administrativo de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Nos termos do referido Decreto, a **responsabilidade pela realização da pesquisa de preços recai sobre a Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento**, que deve adotar metodologia compatível com a realidade do mercado, conforme previsto no próprio instrumento normativo. Tal atribuição tem como finalidade assegurar que o certame seja instruído com critérios técnicos de avaliação e parâmetros que reflitam os preços praticados no setor público e privado.

No presente caso, verifica-se que a Secretaria de Licitações e Planejamento **seguir integralmente as diretrizes traçadas pelo Decreto nº 2007/2023**, conforme se depreende do relatório de pesquisa de preços às fls. 211-216 e do mapa comparativo às fls. 209-210. Tais documentos



demonstram que foram utilizados diversos métodos para obtenção das cotações, incluindo:

- ✓ Consulta direta a fornecedores locais;
- ✓ Pesquisa junto ao **Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP)**;
- ✓ Levantamento de dados no **Banco de Preços**;

A análise crítica desses dados resultou na definição de um **valor médio de mercado** que visa garantir o equilíbrio entre economicidade e viabilidade da contratação, sem comprometer a participação de potenciais interessados.

Importante frisar que esta Gestão de Processos Administrativos **pautou-se integralmente nas informações técnicas fornecidas pelo órgão responsável**, qual seja, a Secretaria de Licitações e Planejamento, órgão especializado e legalmente incumbido de realizar tal atividade conforme o referido decreto municipal.

Ademais, como medida preventiva e visando assegurar a competitividade do certame e a regularidade da contratação, **optou-se pela adoção da média dos preços apurados**, considerando tanto os valores praticados por fornecedores locais quanto os de entes públicos obtidos no PNCP e no Banco de Preços.

Desta forma, **não procede a alegação de inexequibilidade**, uma vez que os valores apresentados estão amparados por ampla e criteriosa pesquisa de mercado, realizada por órgão competente, e **inclusive refletem preços inferiores ofertados por outros fornecedores locais**, o que demonstra a compatibilidade do valor adotado.

No tocante aos valores apresentados no Estudo Técnico Preliminar, cumpre esclarecer que estes têm **caráter meramente referencial e não vinculativo**, sendo utilizados como ferramenta inicial de planejamento. Conforme expressamente orienta o **Manual de Procedimentos da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo**, os preços oficiais para fins de instrução dos certames devem ser aqueles formalmente apurados e validados pela Secretaria de



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

Pág. 20

PROCESSO Nº: 021099/2025

DATA:

RUBRICA:

FOLHA:



Licitações e Planejamento, conforme o estabelecido no
Decreto nº 2007/2023.

Monara Tavares da Silva Cunha
Assessor de Nível Superior
Matrícula 199.511

Diante do exposto, opina-se pela **improcedência da
impugnação apresentada pela empresa FUNERÁRIA SIMÕES DE
FRIBURGO LTDA.**, devendo o procedimento licitatório
prosseguir em seus ulteriores termos.

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos
Humanos

Matrícula: 100.518



Comissão Permanente de Pregão II

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.057/2025**

Processo Licitatório nº: 46.399/2024

Processo de Impugnação nº: 21.099/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, sob demanda, de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visam suprir situações emergenciais de vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 74.139.759/0001-6, com sede na Rua Marino Pinto, nº 101, Loja 1, Duas Pedras, Nova Friburgo/RJ.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.057/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados às fls. 11 a 15, pelo que se passa à análise de sua alegação.



Comissão Permanente de Pregão II

II. DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

Em síntese, alega o impugnante que o preço estimado do certame é manifestamente inexequível.

III. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

O impugnante requer:

- a) Seja conhecida com efeito suspensivo a presente impugnação ao Edital;
- b) Seja a impugnação julgada totalmente procedente, com a consequente atualização das cotações, a fim de subsidiar a fixação de novo valor para os itens do certame.

IV. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE

Em síntese, a Secretaria Requisitante, em sua análise constante de fls. 18 a 20, sustenta:

- a) Que a definição de preços para licitações no âmbito do Poder Executivo Municipal segue o Decreto nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023;
- b) Que conforme o Decreto, a realização da pesquisa de preços cabe à Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, que adota metodologia compatível com a realidade do mercado;
- c) Que a referida Secretaria adotou integralmente as diretrizes do Decreto, realizando a pesquisa por meio de consultas diretas a fornecedores locais, pesquisa no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e levantamento no Banco de Preços, resultando na apuração de um valor médio de mercado.
- d) Que a Secretaria Requisitante baseou-se nas informações técnicas recebidas e adotou a média dos preços apurados;
- e) Que a alegação de inexequibilidade é improcedente, pois os valores estão apoiados por pesquisa de mercado que levou em consideração inclusive preços ofertados por fornecedores locais;
- f) Que os valores apresentados no Estudo Técnico Preliminar têm caráter apenas referencial e não vinculativo.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiada pelo parecer do setor técnico da Secretaria Requisitante às fls. 18 a 20, sem nada mais a evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela



Comissão Permanente de Pregão II

empresa FUNERÁRIA SIMÕES DE FRIBURGO LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.057/2025, e no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 16 de junho de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matrícula 990.996